



## E a luta continua...

Dia 9 de novembro Assembleia Estadual em São Paulo • Página 9



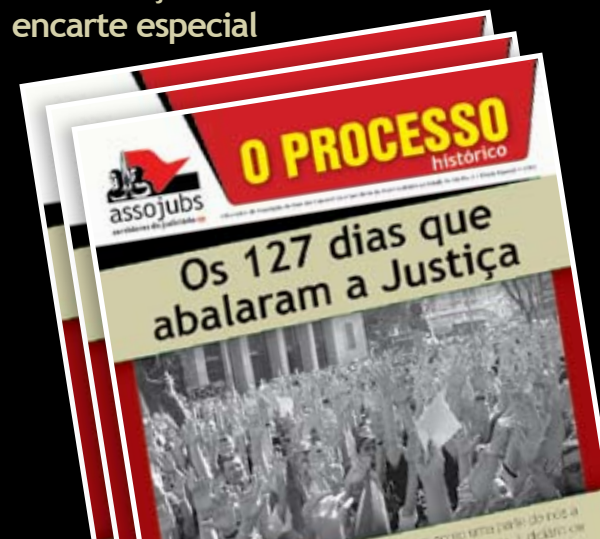
**Orçamento do judiciário é cortado em 54%**  
Página 6



Nesta edição confira o encarte especial



**Asojubs discute com TJ revisão do mutirão**  
Página 8



# A participação nas lutas e a alienação dos judiciários

Alguns dos principais motivos que nos levam a participar de um movimento de lutas dos trabalhadores são: 1) ter a consciência de que nossos direitos estão sendo desrespeitados e por isso a obrigação de lutar por eles; 2) saber que essa luta é coletiva e tem que ser feita de forma organizada, com a presença da categoria; 3) que é possível conquistar uma vitória; 4) ter conhecimento e acreditar que é necessário haver uma direção unificada e respeitada, com um comando único – entidades em conjunto com a base; 5) entender a conjuntura política e econômica (qual o papel do estado capitalista e como estão as lutas de outras categorias), como também conhecer profundamente nossos inimigos (Tribunal de Justiça + Governo).

Porém, o mais importante é conhecer profundamente nossos colegas e companheiros, o nosso “exercito”, para entender um pouco os motivos, de um modo geral, que levam os colegas a furarem a greve ou não participarem dela. E após muito pesquisar, encontrei um lado do problema que pode contribuir para esclarecimento sobre o tema. Um dos aspectos, em minha visão, se trata da alienação.

A maioria das pessoas conhece a palavra “alienação” e tem, pelo menos, uma ideia de seu significado. O termo é, aliás, antigo na língua portuguesa, na qual entrou com a forma menos culta de “alheação”, que nos mostra, de imediato, parte da raiz da palavra: alheio. Como veremos, este sentido de “alheio” é essencial nas várias acepções de alienação.

Alienação é, em primeiro lugar, o ato de alienar, isto é, de tornar alheio, de transferir para outro – através de venda, cedência, etc. – algo que é nosso. Por outro lado, alienação significa também alheamento, ou seja, afastamento (mental-emocional) em relação ao ambiente em que nos movemos.

Para o filósofo alemão Karl Marx, alienação é o processo em que o ser humano se afasta da sua real natureza, tornando-se estranho a si mes-



mo, dado que já não controla a sua atividade essencial – o trabalho –, pois os objetos que produz adquirem existência independente do seu poder e contrária aos seus interesses. Foi a partir deste conceito que, por extensão, se chegou ao sentido hoje em dia mais corrente de alienação: indiferença aos problemas econômicos, políticos e sociais.

Alienação no Tribunal de Justiça: vejam que a maioria dos judiciários trabalha com a elaboração e conclusão de forma parcelada nos processos dos quais não sabem exatamente – no mais das vezes também não se interessam em saber – a que pessoas e interesses e quem (partes) será beneficiado(s) se a justiça realmente foi feita, se houve imparcialidade no julgamento e amplo direito de defesa de quem perdeu, e se o povo tem acesso à justiça realmente. Do ponto de vista das condições de trabalho, qual a quantidade de tarefas que é “humanamente” possível de ser realizada num dia de trabalho, se o ambiente físico é adequado para o desenvolvimento da produção, o porque existe uma hierarquia no TJ que garante um subalternismo verticalizado, o

respeito cego às “autoridades”, onde as decisões vêm de cima para baixo, impostas, sem a participação dos funcionários.

Assim, a partir da alienação do trabalho, passam a se desinteressar por outras atividades que acabam exigindo uma reflexão maior no sentido de um pensamento e ações coletivas em conjunto com os demais trabalhadores, desde seus locais de trabalho, participando de uma entidade de forma crítica e atuante, tornando-se estranhos a si mesmos, a seus colegas e a própria classe, não tendo a identificação como sendo trabalhadores proletários, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para manterem a mínima sobrevivência, não acreditando numa possibilidade de luta coletiva para mudarem as coisas.

Aqueles que têm consciência sabem que a justiça atende aos interesses de uma minoria privilegiada, detentora de condições econômicas que lhes garantem maior chance de ganhar uma causa, e para a população pobre apenas a aparência de “justiça”. Estes companheiros (as) conhecem minimamente os seus direitos e lutam por eles, porém, infelizmente,

ainda são minoria. Como aumentar esse contingente de preciosos lutadores? É necessária uma ação de conscientização e organização a partir de cada local de trabalho, com a eleição de representantes e delegados sindicais, construir as comissões de prédios, trazê-los para nossa entidade, discutir a necessidade de termos uma organização sindical ampla, única, forte e de luta. E, ao mesmo tempo, elaborar material e atividades sistemáticas, como boletins informativos, jornais, palestras, debates e cursos de formação sindical na Assojubs, etc.

## E X P E D I E N T E



### Diretoria

Alexandre dos Santos - presidente  
Adelson Gaspar - vice-presidente  
Hugo Coviello - secretário geral  
Sílvio José Realle - tesoureiro  
Luís Fabiano Mendes - atividades culturais e sociais  
Eduardo Requejo - esportes e lazer  
Mário Augusto Bernardes - patrimônio e Arquivo  
Luiz Tadeu Milito - comunicação  
Laércio Armesto - convênios

### Conselho Deliberativo

Rosana de Melo Menezes - Comarca de Santos  
Alessandro Muniz Barreto - Comarca de Santos  
Silvano Simão da Costa - Comarca de Santos  
Roberto Maia Santana - Comarca de Santos  
Paulo Afonso Filgueiras Júnior - Comarca de Santos  
Mário Ricardo Reis Silveira - Comarca de São Vicente

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448

Conselho editorial: Camila Marques, Hugo Coviello, Luiz Milito e Mário Soares.  
Diagramação: www.cassiobueno.com.br  
Impressão: Gráfica Diário do Litoral  
Tiragem: 10 mil exemplares

Assojubs – Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo  
SEDE SANTOS – Av. São Francisco, 276/278, Centro, Fone: 3223-2377 - 3223-5278  
SEDE SÃO VICENTE – Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665  
SEDE SÃO PAULO – Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085

e-mail: faleconosco@assojubs.com.br  
secretaria@assojubs.com.br  
internet: www.assojubs.org.br

# Aprendizados da Greve 2010

Por Luiz Milito \*

Gostaria de colocar algumas questões que acho necessárias para tentar ajudar a elucidar e entender melhor os momentos vividos no movimento grevista, durante os quatro meses de paralisação.

Indagações como: qual é o real papel do Estado (governo, administração...)?

O Estado, que é composto pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do qual faz parte o aparato de coerção e repressão (as Forças Armadas e a Polícia) e que ainda detém o controle da mídia, tem a função de ser um instrumento da dominação das classes mais ricas ou é um árbitro que está acima das contradições e se coloca como conciliador entre as diferenças e lutas das classes existentes em nossa sociedade?

Sua função é de manter a ordem, de aplicar as leis enunciadas nas constituições Federal e Estadual, garantir a segurança dos cidadãos, ou no fundo, ao fazer isso, ele é necessário para manter o poder e os privilégios das minorias e das elites abastadas?

Para que servem os partidos políticos dessa ordem comandada pelos ricos?

Para garantir que todo esse aparato funcione em função dos interesses dessa parcela da sociedade, que detém os meios de produção e as grandes propriedades, ou para representar o conjunto da população?

Vemos e aprendemos que o Estado é um órgão, em última instância, que serve para manter a dominação e exploração, através da coerção da força do conjunto dos trabalhadores e do povo.

O nosso leitor, consciente, percebe que a partir das respostas destas questões bem objetivas e das atitudes e ações práticas oriundas destas instituições, verificadas em nossos confrontos com o Estado (TJ, PM, Governo Executivo, MP), durante o histórico movimento grevista, pode entender bem o papel parcial e corporativista do Estado que serve aos interesses das elites.

Além disso, na maioria das vezes, as elites também exercem o controle no Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Assembleia Legislativa (Alesp), no Tribunal de Justiça (TJ), da mídia, da Polícia, dos partidos da ordem burguesa e seus deputados, principalmente os que compõem a base dos governos (do Planalto, dos Bandeirantes, da Justiça, etc...).

E cada vez mais conhecemos de perto como funciona toda essa máquina para manter e garantir a exploração e os privilégios. E ficou claro para todos grevistas (e não grevistas que acompanham os acontecimentos) a mesquinha, o egoísmo e a hipocrisia de seus atores principais, que estão na direção desses órgãos públicos, são seres humanos incompletos e angustia-

dos, presos a seus papéis de manter a farsa e a tragédia ao mesmo tempo, em troca de enriquecimentos financeiros pessoais (com altos salários e benesses). Vimos tudo isso com a maior clareza.

Infelizmente, ainda acabam sendo conivente com todo esse aparato, contribuindo para manter essa farsa e tragédia (para o conjunto dos trabalhadores) muitos elementos existentes em nosso próprio meio. São os oportunistas e carreiristas de plantão, preocupados tão somente com seus projetos pessoais ou de algum pequeno grupo, burocratizados em alguma entidade. Ou pior, entre os furas greves convictos (ideologicamente dominados), que buscam, não por mérito ou capacidade, mas através da badalação aos "seus superiores", algum cargo dentro do TJ.

Tudo isso é apreendido e verificado na prática no dia a dia da nossa luta, mas justamente aí está a importância da compreensão política mais ampla possível, pois, como seres humanos, vivemos no mundo coletivamente e sentimos a necessidade de atuarmos para tentar mudar esse tipo de coisa.

Nossos objetivos não podem ter apenas o caráter econômico imediato. Pensar num motivo mais geral, mais programático, é fundamental. Como iremos responder a outras perguntas como: Qual sociedade queremos? Que estado precisamos? Qual a forma de trabalho produtivo (reduzido e criativo) queremos?

Quais partidos políticos são necessários para essa luta? Que tipo de organização sindical queremos e necessitamos para defender os direitos que vão sendo conquistados na história das lutas dos trabalhadores que nos antecederam e que devem ser mantidos e ampliados?

Temos nossa entidade – a Assojubs – como instrumento democrático de luta que deve contribuir ainda mais para elucidação destas questões, porém, representa apenas parte da categoria. Um dos desafios é sua ampliação para buscarmos a unidade de todo o conjunto dos judiciários do Estado.

A cada passo e momento analisado, saber colocar e apresentar propostas, as quais não dependem só da vontade individual, mas das opiniões do conjunto da categoria que deverão estar no cenário das lutas futuras. O importante, a todo momento, é ter essa clareza, saber de onde vem as pancadas para buscarmos as melhores defesas e, quando possível, partimos para os nossos contra-ataques.

**\* Luiz Milito, 56 anos, oficial de justiça da Vara de Execuções Fiscais da Capital e diretor de Comunicação da Assojubs; foi professor comunitário de geografia na Escola Operária Supletivo Nova Cultura (atual Centro Cultural Ceteac), na Capital, de 1970 a 2003, e no Supletivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, em 1978 e 1979.**



## Fique Ligado!



O Departamento Jurídico da Assojubs esclarece que as informações sobre as devoluções, de forma administrativa (sem precisar de ação judicial) de valores pagos a mais, entre 2003 e 2007, ao extinto Instituto de Previdência e Pensão do Estado de São Paulo (Ipesp), através do site da Receita Federal, não passam de boatos, pois os servidores públicos possuem Regime de Previdência Próprio (RPPS) e estão vinculados à São Paulo Previdência (SPPREV).

Portanto, não há ligação entre contribui-

ções feitas ao Ipesp, SPPREV ou Governo do Estado de São Paulo e a Receita Federal, ou ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o qual não inclui os servidores públicos efetivos.

É possível reivindicar a devolução desses valores, que acreditamos ter sido indevidamente retirados dos salários, mas somente por via judicial. Para tanto, basta trazer os holerites do período (somente alguns, não há a ne-

cessidade de todos) ao Departamento Jurídico da Assojubs.

E no caso de eventuais abusos nos descontos do Imposto de Renda (IR) dos servidores em função da devolução dos dias descontados pela greve, o Departamento Jurídico da Assojubs alerta que é necessário analisar cada caso e, para tanto, os judiciários que tiverem quaisquer dúvidas devem procurar o Departamento Jurídico com os holerites para verificação, onde será avaliado se ocorreu a bitributação.

# Carta de princípios sobre uma entidade democrática

Se uma entidade quer realmente conquistas efetivas, que só são possíveis com a participação na luta da categoria, deveria antes seguir os seguintes princípios:

**1)** Ser um instrumento da luta dos judiciários e não ter um fim em si mesma.

**2)** Ser de luta e combativa - que prepare os trabalhadores para as lutas políticas sindicais e econômicas, tendo como princípio básico a defesa dos interesses mais elementares da categoria: salários, condições de trabalho e vida dignas, pois só a mobilização e ação coletiva dos trabalhadores são capazes de defender de forma minimamente eficaz os direitos que temos hoje e para novas conquistas.

**3)** Organização - que desenvolva a luta de modo planejado, preparando sua estrutura e sua base. Deve implementar a escolha e eleição de representantes de cartório e ajudar a construção das comissões de prédios para reagir aos ataques sofridos pela categoria no sentido de conquistar e defender os nossos direitos.

**4)** Unidade - que represente toda a

categoria, independentemente de suas posições políticas, partidárias, sociais ou religiosas. A entidade não tem dono, ela tem que pertencer e defender os interesses de toda categoria.

**5)** Democrática - que respeite as decisões tomadas em seus fóruns e abra espaço para que todas as ideias sejam debatidas, respeitando todas as opiniões que visam colaborar para o fortalecimento da categoria. As deliberações devem ser tomadas coletivamente, daí ser imprescindível a realização de assembleias, congressos, seminários, reuniões periódicas de Diretoria e do Conselho de Base para garantir a efetiva participação e soberania dos trabalhadores nas decisões.

**6)** Politização - que vincule a luta econômica à luta política, já que as duas andam juntas e uma depende da outra. Uma entidade que prioriza apenas a luta política pode causar o afastamento de suas bases porque muitas vezes o trabalhador quer ver resultado imediato, de preferência resultado palpável nos ganhos salariais e outros benefícios. Mas, por outro lado, uma entidade que valoriza somente a batalha econômica não consegue elevar a consciência de seus

representados e não se faz notar pela sociedade, ficando à mercê das decisões políticas tomadas em nome e em prejuízo dos que se omitem. Para isso, deve promover cursos de formação, seminários, debates, utilizar boletins e jornais, entre outros meios.

**7)** Independência de classe - que a entidade seja uma trincheira de luta dos trabalhadores contra todas as formas de exploração capitalistas, visando a construção de uma sociedade justa e fraterna. Deve estar desvinculada de partidos políticos, das administrações dos tribunais, dos representantes patronais, de instituições religiosas e de governos, do Estado burguês, resguardando sua identidade. Isso não significa omitir-se de ações políticas.

**8)** Independência financeira e administrativa - não pode depender de recursos financeiros e benesses oriundos do Estado, de governos, Tribunais, ou de empresários. Tem que ser contra a contribuição sindical, deve ser sustentada pela vontade e mensalidade de seus associados.

**9)** Não se burocratizar - os diretores não devem perpetuar nos cargos

de direção da entidade; a direção deve ser colegiada não presidencialista. Também devem fazer rodízio dos afastamentos do trabalho para as atividades sindicais. Não podem transformar o sindicalismo em carreira como uma nova profissão e não permitir que isso os deixem distanciados da base. Devem ter o Conselho de Base, com representantes indicados e eleitos a partir dos locais de trabalho (OLT), como órgão e instância superior acima da Diretoria Executiva. Tudo isso ser previsto e escrito em seu estatuto.

**10)** Se vincular às lutas gerais dos trabalhadores - não perder de vista que as conquistas reais e permanentes só serão possíveis com a participação unitária do conjunto da classe proletária. Para isso, deve buscar a unidade com outros setores, através da luta geral, e se unir a entidades sindicais, centrais, federações e confederações realmente de lutas e desvinculadas do Estado, que seguem de um modo geral os mesmos princípios acima elencados.

**Comando de Base e Fórum de Debates Sobre Organização Sindical setembro/2010 • Contato: email-servidoresdojudiciariosp@yahoo.com.br**

## Os oficiais de justiça e a greve

Por Mário Soares \*

Encerrou-se a maior das greves do Judiciário Paulista, porém, muitos oficiais de justiça ficaram à margem dela. A situação foi pior na Comarca de Santos, onde menos de 10% paralisaram suas atividades.

Apesar do trabalho que vinha sendo mantido pelo Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs, reunindo periodicamente os colegas para a discussão sobre os problemas da função, na hora da eclosão do movimento falou mais alto, na

quase totalidade dos casos, a questão financeira mais imediata: o medo da perda das "benditas diligências". O que, originalmente, deveria ser um ressarcimento das despesas com o deslocamento do oficial, acabou se transformando em parcela imprescindível do orçamento, mesmo em casos onde marido e mulher são oficiais.

É de se concordar que assumir o risco de abalar uma situação financeira "estável" (aparentemente, pois os oficiais também frequentam as mesas de negociação de empréstimos bancários) não é uma decisão fácil. Muitos judiciários de outras categorias, porém, assumiram os riscos e enfrentaram, durante a longa paralisação, a ameaça do despejo, da perda do bem financiado e, nos últimos dias, mesmo a falta de comida em casa.

Mas é momento para refletir.

Que estabilidade é essa dos oficiais, apoiada em algo tão volátil quanto as tais "diligências"? Volta e meia o Tribunal de Justiça modifica normas de ressarcimento dos mandados, diminuindo seu valor, e aí os colegas procuram, desesperados, a associação, para que se faça alguma coisa.

Infelizmente, a categoria continua olhando apenas para seus próprios pés. A Central de Mandados vem aí, e com ela esses valores diminuirão ainda mais, já que o oficial diligenciará dentro de um espaço menor. A Central possivelmente também eliminará o famigerado "Comarcão", para tristeza de alguns colegas que engordam seus mapas com a quilometragem das cidades vizinhas.

Fazer ou não fazer greve é uma decisão pessoal. Minha avaliação é que, ao longo do movimento e em função das atitudes do TJ, o que era inicialmente um pleito econômico

transformou-se em questão de honra e defesa de dignidade. A maior parte dos oficiais, todavia, passou longe de tudo isso, sempre apressados com suas pastas cheias de mandados.

Nossa vida somos nós quem decidimos, ou "cada um de nós compõe a sua história". Essa história, porém, está inevitavelmente ligada às histórias de todos que estão em volta. Ninguém se resolve sozinho. Se os oficiais de justiça puderem levantar a cabeça e olhar seu caminho de forma mais abrangente e generosa será possível, então, pensar o nosso trabalho e o nosso futuro enquanto categoria, com profissionais conscientes do valor e da importância de suas funções para a sociedade.

**\* Mário Soares, oficial de justiça da 11ª Vara Cível de Santos e integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs.**

# Servidores reúnem-se na Assojubs e discutem propostas

No dia de 18 de setembro, na sede de Santos, a Assojubs promoveu uma Reunião de Servidores do Judiciário, agrupando a categoria em torno da discussão sobre a continuidade da mobilização, a avaliação do movimento grevista e a elaboração de um possível calendário de lutas.

Com cerca de quatro horas de duração, o debate contou com a participação de servidores das comarcas da Baixada Santista – Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Itanhaém e Praia Grande – de fóruns da Capital e das comarcas de Cotia e Carapicuíba, além das presenças dos deputados estaduais Carlos Giannazzi (PSOL) e Maria Lúcia Prandi (PT), bem como do diretor de base do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo (Sintrajud), Adilson Rodrigues.

Entre os muitos pontos discutidos durante a reunião, destaques para as explicações acerca do acordo firmado entre a categoria e o Tribunal de Justiça para o encerramento do movimento, o saldo qualitativo positivo desses mais de quatro meses de luta, os erros cometidos e que já estão sendo revistos, os reflexos da greve no retorno ao trabalho, e como se dará a organização a partir de agora para que a unidade gerada não enfraqueça, tornando-se contínua a mobilização.

Informes das localidades presentes foram passados por seus representantes, bem como dúvidas foram esclarecidas pela Diretoria da Assojubs, representada à mesa de trabalho por Alexandre dos Santos, presidente, Hugo Coviello, secretário geral, e Silvio Realle, tesoureiro.

Os deputados fizeram as explicações sobre a votação da peça orçamentária para o exercício de 2011 na



Servidores da Baixada Santista, Litoral Sul, Capital e Grande São Paulo participaram do encontro na sede da Assojubs

Assembleia Legislativa (Alesp). Na parte jurídica, as explicações foram passadas pelo advogado Luis Fernando Moraes Fernandes, integrante do corpo jurídico da associação.

Foi reforçado que o Departamento Jurídico da Assojubs está à disposição dos judiciários para orientações ao servidor que se sentir ameaçado, em casos de assédio moral e desvio de função, ocorrências frequentemente observadas na maioria das unidades cartorárias, e tomará as medidas cabíveis de acordo com a situação.

Um dos pontos que mais gerou discussão foi em relação ao mutirão. É válido lembrar que o acordo para a suspensão da greve descrevia a colocação do serviço em dia, assim como estava antes do início do movimento paredista, e não a compensação hora por hora como agora quer o TJ, o que seria um descumprimento do acordo.

#### O Orçamento e a CPI do Judiciário

As presenças dos deputados Giannazzi e Prandi foram muito importante para reforçar a ideia de que somente a pressão sobre o Legislativo fará a di-

ferença para que as necessidades da classe trabalhadora sejam atendidas. “O trabalho de mobilização é fundamental. Um exemplo foi a participação em massa na Audiência Pública realizada na Assembleia e as constantes cobranças junto aos deputados, que resultou no aumento das assinaturas para a instalação da CPI do Judiciário, inclusive de um dos parlamentares mais conservadores da Casa, Antonio Salim Curiati [PP]” afirmou Giannazzi.

Sobre os dois pedidos de instalação referentes à Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário existentes na Alesp, Prandi explicou que a proposta por Giannazzi trata em apurar denúncias de irregularidades e mau uso das verbas de pessoal pelo TJ-SP. Já a idealizada por Antônio Mentor (PT) tem como foco investigar o descumprimento, por parte do Poder Executivo, da norma que garante ao Judiciário autonomia administrativa e financeira na elaboração da proposta orçamentária do setor.

Prandi expôs a “manobra contábil” praticada pelo Governo que subestima a receita a ser arrecadada, uma forma

de não considerar a real arrecadação que todo o ano é maior que a previsão, permitindo que o Executivo não precise da autorização do Legislativo para utilização em despesas realizadas com essa receita a mais.

#### Do encontro foram aprovadas as seguinte propostas:

- a necessidade de um Comando Estadual de Greve, organizado através da participação em comissões de pré-dios e comarcas, cuja representatividade seria de dois servidores em cada cartório;
- o comprometimento das entidades para agendar reuniões com a OAB-SP e Apamagis a fim de que essas entidades façam trabalho de pressão contra o corte no orçamento do Judiciário, uma vez que elas também têm interesse na autonomia financeira do Poder;
- trabalhar para que no próximo movimento reivindicatório a Comissão de Negociação seja eleita em Assembleia Estadual, pela categoria, e não mais decidida apenas pelos representantes das entidades.



Luiz Milito fala durante a reunião



Maria Lúcia Prandi e Adilson Rodrigues (Sintrajud)



Carlos Giannazzi esclareceu as dúvidas dos servidores

# Governo do PSDB corta orçamento do judiciário em 54%

- Governo do partido de Serra, Alckmin e Goldman encaminha proposta orçamentária para Assembleia Legislativa reduzindo drasticamente verba do TJ-SP
- Apenas na verba para pagamento de pessoal corte chega a 53%

O governo do PSDB, de Geraldo Alckmin e José Serra, cortou drasticamente o orçamento do Judiciário para 2011.

A proposta orçamentária enviada pelo Tribunal de Justiça no valor de R\$ 12.310.152.732,00, foi cortada para R\$ 5.680.049.427,00 na peça enviada pelo Governo do PSDB para a Assembleia Legislativa.

Isso representa um corte de mais de 53,8% no total do orçamento do TJ, o que corresponde, em valores absolutos, a rR\$ 6.630.103.305,00 a menos.

Apenas na verba de pessoal, o corte foi de R\$ 5.525.726.008,00 ou 53% aproximadamente.

O TJ enviou a proposta de gastos com pessoal de R\$ 10.444.533.291,00 e o governo do PSDB encaminhou para a Assembleia Legislativa um total de R\$ 4.918.807.283,00. Esse valor significa R\$ 421 milhões a mais, insuficientes para pagar toda a defasagem salarial da categoria que deve chegar a 27% em 2011, ou por volta de 22% se o TJ realmente pagar 4,77% em janeiro.

Com o valor a mais na verba de pessoal seria possível pagar entre 13% e 15% a mais. Entretanto, o TJ já dá sinais que não quer usar o dinheiro a mais para pagar o que deve aos servidores.

Com esse quadro, é importante alertar a categoria, pois a reposição salarial dos servidores do judiciário está ameaçada. Vale lembrar que não se justifica, de forma alguma, tal corte, pois o orçamento do estado para 2011 será superior a R\$ 140 bilhões, ou seja, R\$ 15 bilhões a mais do que 2010 (veja gráfico ao lado).

Configura-se, então, a vontade do Executivo na manutenção da política de arrocho salarial imposta pelo governo tucano nos últimos anos aos servidores públicos.

Cabe, agora, a reação da categoria a esse “presente” pós eleição do governo do PSDB, devidamente escondido antes da votação de domingo, conforme denunciamos em nosso site ([www.assojubs.com.br](http://www.assojubs.com.br) – menu “+ notícias”, 01-10-2010)

Cabe, agora, a resposta do presidente do TJ atuando na Assembleia Legislativa para elevar a verba do Judiciário ou, finalmente, tomando a atitude de recorrer ao corte no Supremo Tribunal Federal (STF), como foi dito várias vezes durante as negociações da greve.

Por esta demonstração já se pode prever que 2011 será mais um ano de luta e mobilização, certamente uma greve fortíssima e mais organizada ocorrerá se não pagarem o que devem à categoria.

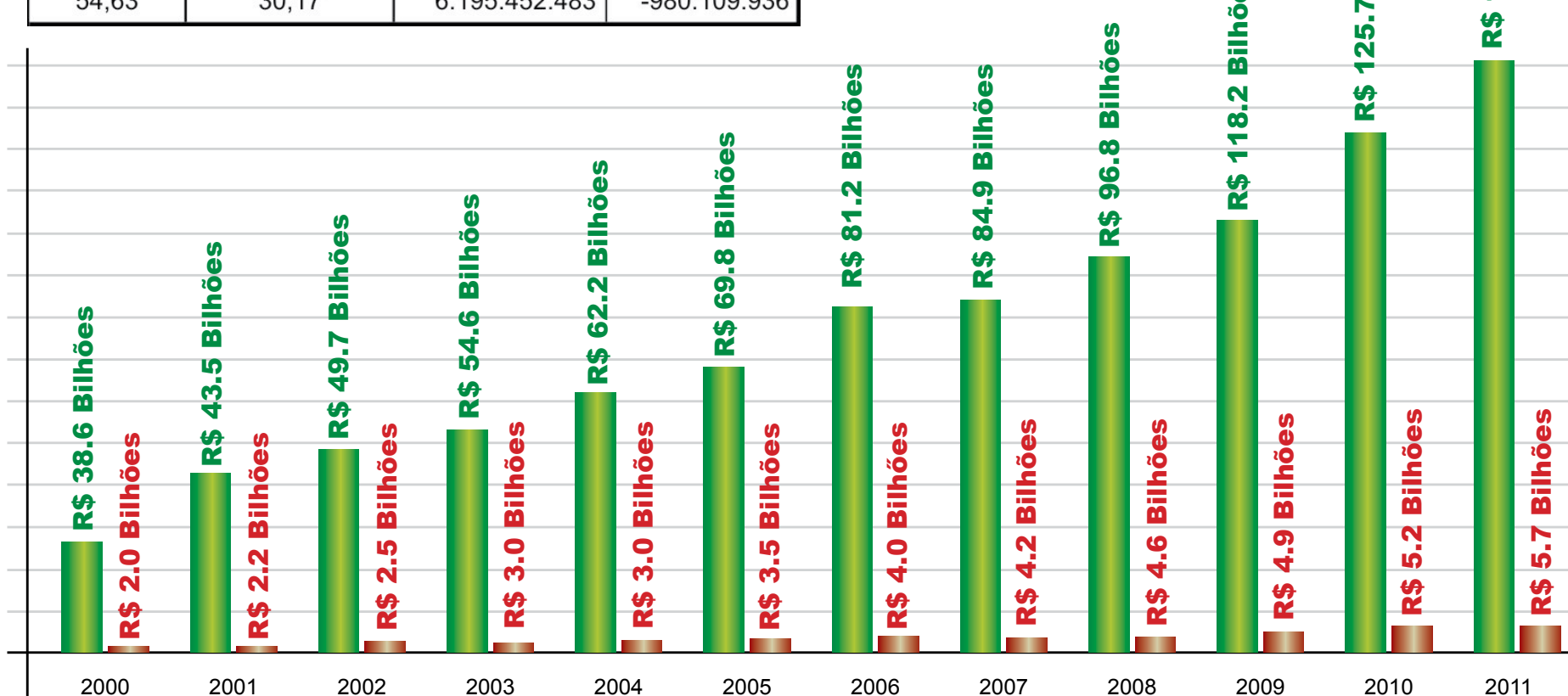
Nas tabelas ao lado é possível perceber como a dotação orçamentária do Judiciário diminuiu, em termos percentuais, em relação ao crescimento das receitas do Estado. Em 2000 o orçamento total do Judiciário era 5,24% do total da arrecadação do Estado. Em 2011, as receitas do Estado, de R\$ 140 bilhões, apresentam crescimento de 138% em relação ao ano 2000, sendo 11,91% a mais que em 2010, enquanto a verba do Judiciário representa apenas 4,07% desse total.

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO INICIAL TOTAL DO ESTADO E DO PODER JUDICIÁRIO

Ano	Valor do orçamento do Estado	Em relação ao ano Anterior (%)	Valor do orçamento do Judiciário	Valor do Judiciário (%)	
				Em relação ao ano Anterior	Em relação ao valor do Estado
2000	38.614.383.005	0	2.023.644.036	0	5,24
2001	43.580.251.457	12,86	2.288.608.075	13,09	5,25
2002	49.713.197.689	14,07	2.512.220.543	9,77	5,05
2003	54.618.432.678	9,87	3.016.190.566	20,06	5,52
2004	62.218.657.168	13,92	3.059.115.764	1,42	4,92
2005	69.887.577.689	12,33	3.581.043.379	17,06	5,12
2006	81.292.048.395	16,32	4.006.509.145	11,88	4,93
2007	84.986.001.490	4,54	4.250.575.069	6,09	5,00
2008	96.873.844.780	13,99	4.687.736.995	10,28	4,84
2009	118.206.060.515	22,02	4.987.442.406	6,39	4,22
2010	125.705.696.614	6,34	5.215.342.547	4,57	4,15
2011	140.673.564.343	11,91	5.721.303.730	9,70	4,07
Soma		138,16	42,10	96,06	58,31
Média		12,56	3,83	8,73	4,86

Variações % entre 2006 e 2010 - Valores Iniciais			
Dotação Estado (%)	Dotação Judiciário (%)	Dot.Jud.2006 (+)	Diferença Dot. Jud. 2010
54,63	30,17	6.195.452.483	-980.109.936

■ Valor do Estado  
■ Valor do Judiciário



## Associe-se:

- 1) Assistência Jurídica
- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 7) Convênios de descontos
- 2) Planos médicos
- 5) Restaurante (Santos)
- 8) Barraca de Praia
- 3) Ambulatório odontológico
- 6) Convênios educacionais
- 9) Lazer - Clube de Campo

**Ficha de Filiação**  
**Associados Efetivos**

Foto

Número

Nome:

RG:  D.Nasc.  /  /

CPF:  Est. Civil:

End:  Nº  Compl.

Bairro:  Cep:

Cidade:  Tel:

email:  Cel:

Função:  Matrícula:

Lotação:  Cidade:

Conjuge:  D.Nasc.  /  /

Dependentes  D.Nasc.  /  /

Dependentes  D.Nasc.  /  /

Dependentes  D.Nasc.  /  /

### Autorização

Eu:  Titular

da conta corrente nº  do banco  ag.

autorizo a Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário Estado de São Paulo, a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp, o valor equivalente à contribuição de associado, conforme especificado abaixo:

0,85% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional de servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Cliente \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Assojubs

**Recorte e envie para uma de nossas sedes**

Santos – Av. São Francisco, 276/278, Centro, Cep: 11013-202  
 São Vicente – Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Cep: 11310-350  
 São Paulo – Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Cep: 01510-000  
[www.assojubs.com.br](http://www.assojubs.com.br) • (13) 3223-2377 • (11) 3101-6085

# Reunião com TJ discute mutirão, orçamento e reposição salarial

**Entidades apontam que regulamentação equivocada do mutirão fere acordo da greve**

Ocorreu no dia 7 de outubro a primeira reunião, estipulada no acordo do dissídio que encerrou a greve, entre a Comissão de Negociação da categoria - entidades representativas mais representantes de base - e o Tribunal de Justiça, através do desembargador Antonio Carlos Malheiros, da Comissão Salarial.

Antes da reunião com Malheiros, membros da Assojubs, Assojuris, Affocos, AASPTJ-SP, Assetj, do Comando de Base da Capital e cerca de 200 servidores de várias comarcas do Estado e prédios de São Paulo promoveram uma discussão para expor as principais dúvidas sobre o desenrolar do acordo do dissídio coletivo e problemas encontrados no retorno à rotina de trabalho. O encontro foi na Lega Italica, no bairro paulistano da Liberdade.

Da reunião saiu uma pauta apresentada ao desembargador Malheiros, abordando a discordância sobre o mutirão e a maneira como ele foi regulamentado, os casos de punição contra os servidores, o corte na proposta orçamentária do Judiciário feita pelo Executivo e a reposição salarial para 2011.

Sobre os pontos divergentes acerca do Comunicado SGRH 75/2010, em que o TJ dispôs os termos para a prática do mutirão, distorcendo seu conceito e transformando-o em compensação de horas, Malheiros aceitou as críticas e solicitou aos representantes que fizessem a revisão do texto e enviasse a ele uma nova redação a fim de que, sob o aval da Presidência, seja editado um novo comunicado.

Entre os argumentos usados pelos dirigentes sobre a dificuldade em se fazer cumprir os termos colocados no Comunicado estão os exemplos de servidores que foram os únicos a participarem da greve em suas serventias ou comarcas, a obstrução por parte de algumas chefias que já avisaram não ter interesse em abrir as unidades cartorárias aos sábados



*Cerca de 50 servidores presentes na reunião com Malheiros*

e a questão dos descontos dos auxílios, em um total de quase 20 itens apontados durante a reunião dos judiciários, comprovando que houve distorção do conceito de mutirão, consequentemente gerando divergência com o que ficou acordado.

Por conta disso, Malheiros se comprometeu em prorrogar o prazo estabelecido - 29 de outubro - para que o grevista possa escolher a forma de compensação da greve. Segundo o desembargador, esse prazo poderia ser estendido em mais um mês.

Em relação às punições, Malheiros pediu que os dirigentes fizessem requerimentos detalhando as situações submetidas pelos servidores e encaminhassem a ele, pois todos serão analisados, caso a caso, e ao se caracterizar que as retaliações são reflexos da adesão do servidor ao movimento grevista, serão tomadas as medidas cabíveis.

O desembargador fez questão de frisar que não pode haver retaliação, discriminação ou preconceito aos grevistas, sob pena de punição a quem o fizer. "Nenhum juiz ou diretor vai poder atrapalhar um acordo que foi tão difícil realizar para todos nós. O acordo será cumprido a ferro e fogo", ressaltou Malheiros

**Categoria cobra que verba orçamentária seja utilizada para pagar defasagem salarial**

Finalizando a pauta apresentada para a reunião do dia 7 de outubro,

houve a discussão sobre o corte de aproximadamente 54% na peça orçamentária do TJ pelo Governo do Estado, alvo de muita reclamação e protestos dos servidores e do próprio Malheiros.

O desembargador, no entanto, fez uma afirmação que trouxe preocupação aos servidores. Ele disse que em conversas prévias com a Comissão de Orçamento, composta pelos desembargadores Alceu Penteadado Navarro e Fabio Gouveia, lhe informaram que "estavam tranquilos, pois com os R\$ 400 milhões a mais na verba de pessoal seria possível pagar o índice de 4,77% em janeiro, conforme ficou acordado".

Essa posição causou a manifesta-

ção do secretário geral da Assojubs, Hugo Coviello: "Essa fala nos deixa preocupados, pois entendemos que pagar os 4,77% é uma obrigação do TJ, mas não resolve o problema, pois isso era o que tinha de ser pago no ano passado. Nós precisamos que seja quitado o resto da defasagem salarial, que em março deve bater em 27%. Temos a convicção de que, apesar da tesourada do Executivo, haverá verba para pagar mais do que os 4,77% estipulado no acordo, podemos chegar até a 15% com esta verba que está aí. Por isso, questiono se o Tribunal vai priorizar os servidores dessa vez?".

Malheiros se limitou a repetir que a Comissão de Orçamento, em um estudo prévio, disse ser possível o cumprimento do acordo mesmo com o corte, mantendo a dúvida sobre a reposição e a data-base de 2011.

Encerrando a reunião, o desembargador salientou que acredita não estar consumado o corte do orçamento, e que deve ser feito um trabalho na Assembleia Legislativa junto aos deputados para que se comprometam a rever a questão orçamentária do judiciário. Porém, não garantiu que o TJ-SP, através de seu presidente, Antônio Carlos Viana Santos, recorrerá do corte do Executivo no Supremo Tribunal Federal, pois, segundo ele, a maioria dos desembargadores prefere percorrer outros caminhos e só depois avaliar a reclamação ao STF.



*Hugo Coviello debate sobre a reposição salarial com o desembargador*



## Veja o modelo do comunicado sobre o mutirão apresentado pela as entidades representativas ao desembargador Malheiros

COMUNICADO  
SGRH n° \_\_\_\_/2010

A Presidência do Tribunal de Justiça COMUNICA, em complementação e, em cumprimento aos termos da conciliação para o fim do movimento grevista de 2010, os critérios para compensação das horas paradas no dia 14/04/2010 e no período de 28/04 a 02/09/2010, mediante mutirão.

COMUNICA, ainda, que a adequação dos critérios para compensação das horas paradas no decorrer do movimento grevista em tela, mediante mutirão dos servidores que permaneceram em greve no período supra, dar-se-á com a normalização dos serviços nas unidades cartorárias ou administrativas, ou seja, como estava por ocasião da deflagração da greve, tendo, ainda, por objetivo o cumprimento do princípio da continuidade dos serviços públicos e a necessidade de reposição dos serviços ou de horas não trabalhadas, visando à retomada da normalidade na prestação jurisdicional e sua efetividade, no menor tempo possível.

1) a compensação por mutirões poderá ocorrer em dias úteis, respeitado o horário de funcionamento

da unidade, ou em dias sem expediente, a critério do próprio servidor, mediante a fixação de metas pelo superior hierárquico, observando como estava a demanda por ocasião da deflagração da greve;

2) assim que a meta for cumprida pelo servidor, restará suprida a compensação das horas paradas, devendo o superior hierárquico comunicar a SGRH por meio de certidão;

3) no caso dos assistentes sociais e psicólogos judiciários, além das hipóteses previstas no item "1" do Comunicado SGRH n° 75/2010, a critério do próprio servidor, poderão realizar alguma das tarefas abaixo descritas, com vistas à recuperação das condições anteriores à greve, mediante a supervisão do superior hierárquico, a saber:

a) elaboração do projeto, organização das etapas e do ambiente físico, voltado para realização do curso preparatório de Pretendentes a Adoção;

b) visitas institucionais para realização do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, com vistas as Audiências Concentradas;

c) organização das atividades e rotinas administrativas do Setor Técnico de Serviço Social e Psicologia;

d) organização e atualização das listagens de recursos da comunidade;

e) elaboração de projetos específicos das áreas técnicas.

4) quanto aos oficiais de justiça, além das hipóteses previstas no item "1" do Comunicado SGRH n° 75/2010, a compensação das horas paradas dar-se-á com a normalização da demanda (mandados) acumulada durante o período da greve;

Parágrafo único - inexistindo serviço acumulado, cada dia de greve poderá ser repostado com a retirada de 04 (quatro) mandados adicionais, preferencialmente gratuitos, na própria ou em outra serventia, cumulativamente ou não, a qual o interesse público indique seja necessário, sem limitação do número, ou seja, tantos mandados quantos forem necessários a reposição dos dias de paralisação, desde que não excedam o número de horas devidas, que deverão ser cumpridos dentro dos limites territoriais de sua atuação funcional.

5) aos servidores lotados nas

unidades administrativas, inclusive aqueles que prestam serviços externos, além das hipóteses previstas no item "1" do Comunicado SGRH n° 75/2010, também fica facultada a participação em mutirões em outras seções da administração ou em unidades cartorárias para a reposição dos dias de paralisação, observando-se o disposto nos itens "1" e "2" deste.

COMUNICA, outrossim, que ficam modificados parcialmente os critérios para a compensação das horas paradas constantes do COMUNICADO SGRH n° 75/2010, no que concerne ao sistema de mutirão dos servidores que permaneceram em greve no período supra mencionado e, no que couber aos oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos judiciários.

COMUNICA, finalmente, em face da readequação do Comunicado SGRH n° 75/2010 e, sem prejuízo do que já foi compensado, deverão os servidores preencher novamente o questionário/greve 2010.

Dúvidas referentes ao movimento grevista de 2010 poderão ser dirimidas através do telefone (11) 3231-1188 ramais 234, 235 e 281.

**Entre em contato com a Assojubs:  
Representantes (delegados)**

**CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO**

└ Milito - (11) 9166-5433

**PRAIA GRANDE**

└ Marcinho

**GUARUJÁ**

└ Denise - (13) 9154-1800

**MONGAGUÁ**

└ Fátima - (13) 9173-2963

**ITANHAÉM**

└ Paulo - (13) 9783-5778

**CUBATÃO**

└ Michel - (13) 8815-9863

**ILHABELA E SÃO SEBASTIÃO**

└ Renato - (12) 8133-5502

**REGISTRO**

└ Valdir - (13) 9700-3373

# Dia 9 de novembro

## Assembleia Estadual dos Servidores do Judiciário (em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo)

### Vamos lutar pela nossa reposição salarial total!

# Saiba mais e compareça!

## Em defesa do orçamento do Judiciário, representantes dos servidores reúnem-se com OAB-SP

Buscando somar esforços na luta em defesa do orçamento do Judiciário para o exercício de 2011, a Assojubs e as demais entidades representativas dos servidores estiveram reunidas, com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP), representada pelo vice-presidente, Marcos da Costa, e os membros da Comissão Especial de Assuntos do Poder Judiciário.

Na primeira reunião, em 28 de setembro, a discussão abordou o orçamento do Tribunal de Justiça e o comprometimento da OAB-SP junto ao Legislativo, no intuito de fazer gestões para que a Assembleia Legislativa (Alesp) manifeste apoio à categoria.

Do encontro, ficou acordado que as entidades iriam acompanhar a chegada do orçamento na Assembleia, fazer uma análise detalhada do conteúdo da peça e retomar a discussão para definir o trabalho conjunto a ser desenvolvido.

Passados 15 dias da entrega da peça orçamentária na Alesp e cientes do corte de cerca de 54% pelo Executivo, representantes dos servidores e OAB-SP voltaram a estar reunidos no dia 14 de outubro, na sede da Ordem.

O vice-presidente Marcos da Costa iniciou a reunião afirmando que “o

Executivo só pode alterar o orçamento do Judiciário se for para adequá-lo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo essa é a única situação em que uma mudança na peça pode ser feita, e isso deve ocorrer somente mediante justificativa.”

Revelando um estudo feito em cima dos dados orçamentários entregue pelas entidades dos servidores, o vice-presidente da OAB-SP apontou dois absurdos no corte das verbas em duas rubricas de vital importância para o Judiciário, ressaltando o descaso do Executivo com o atendimento jurisdicional de qualidade, sendo que se trata do maior Estado da Federação.

A situação é a seguinte: das verbas pedidas pelo Judiciário para a instalação de varas e comarcas e para o cadastro de adoção, o Executivo tesourou as rubricas originais em torno de R\$ 15 milhões e destinou para cada uma a simbólica quantia de R\$ 10,00. E isso somente porque a LDO implica na aplicação de recursos para ambos os casos.

Ao rebater essa verificação da OAB, as entidades expuseram uma informação transmitida a elas: o Executivo não encaminha a peça orçamentária para a



Alexandre dos Santos e demais representantes discutem questões sobre o orçamento com a OAB

Assembleia sem o consentimento do TJ. Aí se caracteriza a falta de transparência na execução e utilização das verbas pelo Órgão.

“O próprio TJ não defende o Judiciário. E quando lutamos, em nosso movimento, não é só pelos servidores e sim por uma justiça melhor, tanto para uma boa prestação jurisdicional à população e advogados quanto para seus funcionários, por melhores condições de trabalho. Através desses apontamentos, fica claro que não haverá investimentos, deixando o Judiciário mais uma vez estagnado”, explanou o secretário geral da Assojubs, Hugo Coviello.

Em resposta à Coviello, o vice-presidente da OAB disse: “Então, teremos que fazer esse papel de defender o Judiciário”. Marcos da Costa lembrou que São Paulo só ultrapassa Tocantins e Amazonas na participação no orçamento. Em outros estados, havendo verbas ou não, o Judiciário é valorizado e tem os recursos condizentes repassados ao poder.

O mais intrigante, segundo o secretário da Assojubs, reacendendo a discussão, é que não se trata de falta de dinheiro do Estado, pois, de 2000 a 2010, pode se observar que a arrecadação estadual aumentou a cada ano.

Mas, na contramão desse crescimento, o Judiciário teve reduzido o repasse de verbas.

Em 2000 o orçamento do Judiciário ficou em 5,24%. E em 2011, mantendo-se o corte previsto, será de 4,07%.

E demonstrando que o servidor dispõe de todo esse conhecimento, Coviello lembrou que a categoria saiu do movimento grevista fortalecido e com a moral elevada devido a tudo que conseguiu mostrar para a sociedade. Se necessário, a categoria está preparada para uma nova greve em 2011.

O secretário da Assojubs cobrou ainda do vice-presidente da OAB-SP uma atuação mais forte da entidade junto ao Tribunal e à Assembleia, seja por meio jurídico ou por um trabalho político.

Marcos da Costa contrapôs que a OAB está se empenhando na defesa do orçamento, e que ações de conscientização e sensibilização da mídia e população estão sendo desenvolvidas. De acordo com o vice-presidente, todos os instrumentos de pressão para que o corte do orçamento seja alterado na Assembleia Legislativa estão sendo objeto de discussão entre a classe dos advogados.

## Apamagis também é chamada para a discussão

As entidades representativas dos servidores também estiveram reunidas com a Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis), encontro esse ocorrido no dia 29 de setembro em sua sede, na Capital.

A Assojubs esteve presente representada por seu presidente, Alexandre dos Santos, que discutiu tó-

picos como a peça orçamentária do Judiciário e atuação da direção do Tribunal de Justiça durante a greve com Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente da Apamagis, e Fernando Figueiredo Bartoletti, 2º vice-presidente.

A reunião focou o debate sobre o orçamento do TJ para o próximo ano e as medidas a serem tomadas visando impedir a consumação do corte do Executivo.

Em mais de duas horas de debate, os magistrados se comprometeram a agendar um encontro com a presidência da Assembleia Legislativa, com a participação da OAB-SP e representantes dos servidores, bem como se dispuseram a realizar um



Reunião na Apamagis: debate acalorado

estudo acerca do orçamento e levar o resultado ao TJ para que o Órgão direcione as verbas que terá em

mãos para as questões prioritárias, como o pagamento da reposição das perdas inflacionárias da categoria.

# Dia das crianças Assojubs

A garotada se divertiu a valer na festa organizada especialmente para a comemoração ao Dia das Crianças; evento foi realizado no dia 10 de outubro, na Atmas





Em participação no Encontro de Corais da Unifesp, dia 04 de outubro, no Teatro Guarany, em Santos, o Coral Assojubs fez mais uma bela apresentação



PUBLICIDADE



**ASSADÃO**  
ASSADOS • FRANGOS • COSTELAS

*Mais opção para o seu paladar!*

Venha saborear as nossas opções:  
**TODOS OS SÁBADOS FEIJOADA CASEIRA**



**DISK (13) 3299.7362**  
Praça Marechal Eurico Gaspar Dutra, 118 lj. - Rádio Clube  
Zona Noroeste - Santos - SP

**Cardápio**

Alcatra	Costela no bafó	Feijoada
Arroz	Coxa de frango	Joelho suíno
Costela suína	Coxinha da asa	Lagarto
Costela de boi	Cupim	Lombo suíno
		Lingüiça
		Maionese
		Maminha
		Picanha

**Encomende seu pernil para o Fim de Ano**

## Os 127 dias que abalaram a Justiça



“Este informativo é um pedaço da história, tal como uma parte de nós a viveu. Não pretende ser mais do que um relato da Greve do Judiciário de 2010, isto é, desses dias em que os lutadores da Justiça de São Paulo enfrentaram um poder de estado e o denunciaram perante a população”



**P**arafraseando o escritor estadunidense John Reed\*, a introdução na capa deste encarte evoca o caráter de transformação - profunda, acreditamos - que a greve dos Servidores do Judiciário trouxe e deixará marcado na história da Justiça de São Paulo, do funcionalismo público estadual e porque não dizer do Brasil.

Os judiciários enfrentaram um poder que a cada dia, a cada batalha, revelou suas faces mais retrógradas, autoritárias e despóticas. Um poder de estado que demonstra ter se transformado em um baú de resquícios da Ditadura Militar que assolou o Brasil por mais de 20 anos. Coincidência parte dos desembargadores que atualmente compõe o Órgão Pleno do Tribunal de Justiça ingressou na magistratura na época ditatorial.

O Tribunal, cujos mandatários não possuem a coragem necessária para lutar contra o Governo do Estado - a dinastia tucana que já dura mais de 16 anos -, que não luta para manter sua proposta orçamentária sem cortes, buscou castigar os servidores que apenas lutaram pelos seus direitos recorrendo a métodos arbitrários, desrespeitando leis e sendo conivente e conveniente com uma política estadual de arrocho salarial e sucateamento do serviço público, passo fundamental para fatiá-lo em setores entregues às terceirizações - através das famosas Organizações Sociais (OS's) - e privatizações.

Não há o que comemorar nesses mais de 127 dias de luta. São dias de extrema vergonha para o "cumprimento das leis no Estado de São Paulo", haja vista que justiça mesmo ainda é uma expressão muito distante do que temos atualmente. Mas sequer o cumprimento dessas leis que estão aí, realizadas e organizadas pelas poderosas elites desse país, é levado a cabo quando se trata de direitos e interesses dos trabalhadores. Nesse momento a máscara cai.

Porém, se não temos o que comemorar, temos o que respeitar. E todo nosso res-

peito é devido aos bravos e corajosos lutadores do judiciário que permaneceram em greve, apesar de todo o sofrimento imposto pelo patrão, em atitudes arbitrárias, em interpretações políticas claramente contrárias às leis maiores. Mesmo assim resistiram em uma luta que enfrentou tantos desafios e conseguiram superá-los com honra e dignidade, o que levou muitos companheiros às lágrimas diante das mais simples recordações dos acontecimentos e certamente seguirá dentro de cada um de nós pelo resto da vida.

É preciso lembrar que nossa categoria foi duramente castigada pela gestão do ex-presidente do TJSP, desembargador Roberto Antônio Vallim Bellocchi, responsável direto pelos dois anos sem reposição salarial. O novo presidente desembargador Antônio Viana Santos, ao assumir o cargo, para surpresa de todos os servidores, manteve à frente da Comissão de Orçamento do TJ os desembargadores Fábio Gouveia e Alceu Penteado Navarro, os mesmos da gestão Bellocchi, onde a data-base da categoria foi sumariamente ignorada. Mau sinal previsto em janeiro desse ano na única reunião com os servidores antes de explodir a greve.

Apenas na véspera do início da greve (27 de abril) é que o TJ pareceu ter acreditado que o movimento da categoria não era ameaça nem brincadeira. Ainda assim, em uma reunião chamada às pressas, mais uma atitude vergonhosa: oferecer como proposta uma linha de crédito especial do Banco do Brasil.

Seguindo o cínico pastelão no dia seguinte - 28 de abril e data da Assembleia inicial da greve -, o presidente do TJ chamou nova reunião de emergência para oferecer a proposta "promessinha": se a greve não começasse, pediria à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que aprovasse o Plano de Cargos e Carreiras e enviaria um projeto de lei para apreciação da Casa. Garantias? Nenhuma.

Essa frase acabaria por se tornar uma tônica nas propostas do TJ ao longo da greve: a recusa em apresentar propostas concretas de negociação, apenas a sinalização



de promessas assumidamente sem garantias de que viessem a ser realidade.

A primeira demonstração foi em relação ao Plano de Cargos e Carreiras, quando a proposta do TJ foi imediatamente ignorada pela base governista na Alesp e o Tribunal deu claros sinais que sequer insistiria na aprovação. O projeto, que nem atende todas as necessidades de carreiras dos judiciários, só foi à votação graças à mobilização maciça da categoria na Assembleia Legislativa.

Ainda assim, a “autorização” do Governo para a aprovação do Plano embutiu uma manobra política de tentar desviar o foco da greve e encerrar o movimento “trocando” a reposição das perdas salariais pela ínfima média de impacto da adequação dos cargos no novo Plano de Carreiras, uma proposta indecente e que foi prontamente rechaçada pela categoria.

A vingança foi a edição de uma resolução do TJ (12 de maio) para descontar os dias parados dos servidores. A expectativa do TJ era o recuo do movimento. A categoria mais uma vez mostrou disposição de luta e manteve a greve.

No dia 11 de maio foi protocolado o pedido de Dissídio Coletivo da categoria. Acabou por se tornar um fato polêmico. Alguns entendem que foi uma decisão acertada e inevitável já que qualquer parte envolvida ou interessada poderia ter tomado essa decisão - inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Outra parte dos servidores que participaram do movimento considera um erro estratégico e criticou o fato da decisão ter sido tomada pelas entidades representativas sem ter sido levada à Assembleia da categoria. Ainda há os que entendem que seria necessário o dissídio, mas que seu pedido no começo da greve foi precipitado.

Seja qual for a interpretação, o certo é que passaram-se 125 dias da instauração do dissídio - que deveria tramitar rapidamente - e foi necessária a mudança de relator, com a saída do desembargador Hamilton Eliot Akel e a entrada em cena do desembargador Samuel Alves de Melo Júnior, para que houvesse, ao menos, a apre-

sentação de um relatório e a busca de um acordo.

No dia 13 de maio, o relator do dissídio, até então Eliot Akel, em uma decisão absurda, considerou a greve ilegal, apesar do pedido da Procuradoria do Estado ser para que greve fosse considerada abusiva. O relator considerou ainda que a continuação do movimento acarretaria em multa diária de R\$ 100 mil para o Sindicato União, que tem a representação legal no dissídio.

O Sindicato em seguida publicou um edital informando que estava se retirando da greve. A categoria não se incomodou com isso e seguiu na luta, vaiando todos os que deixaram o movimento ou que subiram ao palanque para defender o fim da greve naquele momento. Alguns desses representantes de entidades além das vaías sofreram também ameaças de agressão.

Defenderam a continuidade da greve nesse momento a Assojubs, Assojuris, AASP-TJ-SP, Affocos, Assetj e Aojesp. As maiores mobilizações da greve ocorreram no Interior - regiões de Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Sorocaba - e no Litoral - Baixada Santista, Litoral Sul e Ilhabela.

No final de maio, véspera do feriado de Corpus Christi, diante da falta de interesse do TJ em apresentar e negociar uma proposta, a Comissão de Negociação se dirigiu ao Palácio da Justiça, sede do Judiciário Paulista, para exigir a reabertura das negociações e foi acompanhada por quase três centenas de servidores, passando a ocupar o 4º e 5º andares do edifício por mais de sete horas. Do lado de fora permaneceram quase dois mil servidores que cercaram o prédio enfrentando o frio rigoroso e o cordão de isolamento da Polícia Militar.

Dois deputados foram chamados por representantes de servidores na tentativa de evitar uma ação repressiva da PM para a desocupação do prédio: os deputados estaduais Maria Lúcia Prandi (PT) - pela Assojubs - e Olímpio Gomes (PDT). Além



deles, o deputado governista Fernando Capez (PSDB), que se encontrava no prédio, se ofereceu ao TJ para negociar a saída dos manifestantes.

Após mais de três horas de reuniões e quatro idas e vindas dos juízes assessores à Sala da Presidência, além do recuo do TJ em usar a força, decidiu-se majoritariamente pela saída do prédio.

Na semana seguinte, como proposta do acordo de desocupação do Palácio, o Órgão Especial julgou novamente a Resolução 520, que determinava os descontos dos dias parados, e por 19 votos contra cinco decidiu manter o seu teor.

A categoria se enfureceu e ocupou o Fórum João Mendes (09 de junho). Inicialmente, cerca de 250 servidores grevistas adentraram o edifício até a PM fechar as portas. Uma assembleia no saguão do edifício decidiu pela permanência no local até que o TJ recebesse a Comissão de Negociação para a retirada dos descontos dos dias parados. Alguns decidiram voltar para suas comarcas e 80 servidores passaram 48 horas ocupando o maior fórum do país.

Apesar de a ocupação ter sido limitada ao saguão do edifício, o TJ decidiu manter todas as entradas fechadas, cercando o prédio com forte policiamento, encerrando o expediente e ameaçando usar a Tropa de Choque para retirar os ocupantes.

Momentos tensos e dramáticos marcaram esse ato. Das 18 até as 22 horas uma série de discussões e negociações infrutíferas, inclusive através de deputados estaduais, permitiu crer que o TJ estava decidido a usar a força para retirar os servidores do João Mendes. Em solidariedade, cerca de 400 servidores decidiram não retornar para suas casas e dar o apoio e a proteção necessária do lado de fora. O frio cortante na Praça João Mendes era terrível. Não bastasse isso, choveu em alguns momentos e sobraram míseros espaços secos. Aos poucos o embrião de um grande acampamento começou a surgir. O movimento tornou-se épico.

Dentro do edifício uma comissão de juízes assessores chegou para fazer ameaças

e informar que, por ordem do presidente, não seria permitida a entrada de comida nem de cobertores. Os bebedouros de água potável foram retirados pela PM e pela segurança terceirizada. Sobraram aos lutadores do judiciário o chão gelado de granito e água da torneira dos banheiros, cuja utilização só foi permitida após quase duas horas e em função das ameaças de usar o espaço do saguão como destino das necessidades fisiológicas.

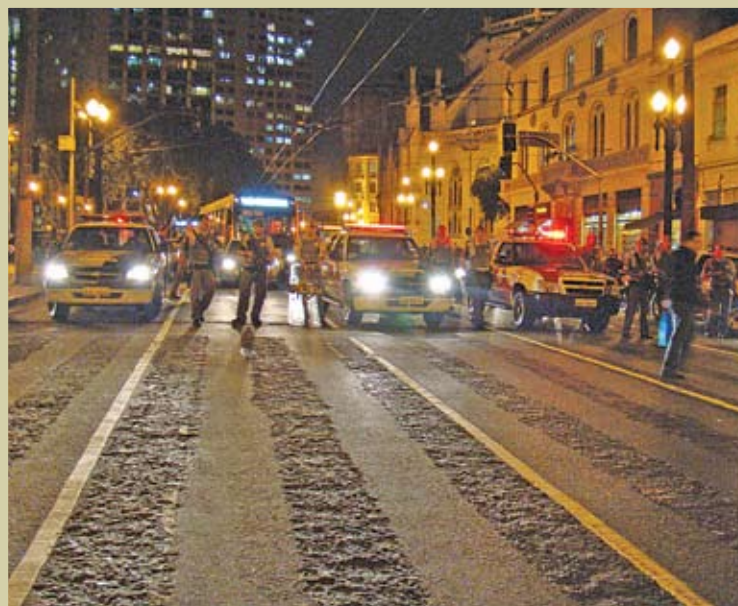
Ainda mantendo algum senso de humor os servidores comentavam que a água da torneira seria “mineral” devido aos inúmeros restos de metais (ferro, chumbo, cobre) que poderiam estar contidos em função da decomposição da antiga e enferrujada tubulação do edifício. Durante dois dias 80 pessoas só tiveram essa água para beber.

Com o cair da noite chegou a informação de que a Tropa de Choque foi acionada e haveria a desocupação através da força. Os servidores decidiram que só sairiam se fossem mesmo retirados. O TJ ainda mandou alguns assessores ao local, talvez para avaliar o grau de disposição dos companheiros.

Certamente devem ter ficado impressionados. Mesmo diante da informação de que a Tropa de Choque já estava dentro do João Mendes e apenas uma porta a separava dos servidores, estes deram mais uma demonstração de honra e solidariedade: sentados em círculo, a maioria mulheres, deram-se as mãos, protegeram as partes do corpo que podiam e cantaram “gritos de guerra” do movimento e o Hino Nacional. Em seguida, entoaram o coro “fascistas, fascistas” diante de juízes assessores e da assessoria de imprensa, certamente deixando envergonhada a cúpula do tribunal.

No último minuto chegou a informação que o Comando da Polícia queria uma garantia de que a responsabilidade e autorização para a ação da PM seria da Presidência do TJ. Diante da negativa do Órgão, a polícia não interveio. O TJ cancelou o expediente por dois dias. Os servidores resistiram, sem água potável e sem comida.





Viana declarou à Comissão de Negociação que deu ordens para que não entrasse nenhum alimento aos ocupantes e que tais servidores não valiam nem “um pão com manteiga”. O policiamento do Fórum junto com a empresa terceirizada de vigilância chegou ao cúmulo de pisotear comida que os companheiros do lado de fora tentaram mandar para o lado de dentro.

Na Praça João Mendes formou-se um acampamento com uma dezena de barracas, fornecendo abrigo, apoio e alimentação às centenas de judiciários que seguiram enfrentando o frio para proteger seus companheiros que ocupavam o fórum. No auge do autoritarismo, o TJ proibiu que deputados e até um senador – Eduardo Suplicy (PT-SP) – entrassem no edifício para conversar com os grevistas. O movimento alcançou a mídia, recebeu manchetes, matérias de capa e apareceu nos principais telejornais.

No segundo dia de ocupação, diante da falta de comida, que começou a fazer com que alguns servidores passassem mal, e em função da precariedade de abrigo contra o frio, foi tomada a decisão de encerrar a ocupação.

A greve cresceu e se espalhou por todo o Estado junto com a notícia da ocupação e da determinação do TJ de impedir que os servidores recebessem alimentos dentro do Fórum João Mendes. Durante dois dias não paravam de chegar ônibus com servidores para dar apoio e prestar solidariedade.

O fim da ocupação, no dia 11 de junho, foi marcado por um ato emocionante onde os servidores foram recebidos como heróis por mais de mil companheiros que lotaram a Praça João Mendes, tomada também por barracas. Uma dezena de parlamentares prestou apoio ao movimento.

O acampamento deu origem a um “piquetaço” na segunda-feira seguinte (14 de junho). Servidores vindos do Litoral, do Interior e de todo o canto da Capital se acotovelaram e trocaram empurrões com a Polícia Militar nas entradas do fórum. A pa-

ralização atingiu 90% do João Mendes. O “piquetaço” continuou até a Assembleia Estadual de quarta-feira.

Após uma reunião no Palácio, com a presença do comando da PM e do secretário-adjunto de Segurança Pública, a polícia decidiu “desocupar” a Praça alegando cumprir determinações da Prefeitura Municipal. Para evitar enfrentamentos – nesse momento havia quase 100 servidores na praça e cerca de 40 policiais - e a retirada das barracas para os depósitos da Prefeitura, de onde apenas saíam diante de multas altíssimas, a maioria dos presentes optou pela retirada pacífica das barracas.

Seguiram-se dias de aumento da adesão ao movimento e discussões perdidas no TJ, que mantinha a intransigência e o descaso com a categoria. Uma reunião de conciliação do dissídio foi chamada, mas o TJ limitou-se a apresentar a mesma proposta “promessinha” do início da greve.

Após tantos embates e tanto sofrimento o pior ainda estava por vir. Primeiro o TJ junto com a Prefeitura passaram a proibir a realização das Assembleias na Praça João Mendes. Toda a semana foi necessário entrar com ação liminar para garantir as assembleias.

Depois no dia 7 de julho, em uma ação truculenta, a Polícia Militar, de forma inexplicável e mostrando despreparo, partiu para cima dos servidores, utilizando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, gás de pimenta e tiros com balas de borracha. As cenas, filmadas por dezenas de pessoas e órgãos da imprensa, estão disponíveis no youtube e mostram como a Praça João Mendes virou cenário de batalha.

A agressão à categoria, sob a autorização do TJ, demonstrou todo o autoritarismo que permeia o Tribunal de Justiça, uma clara tentativa de amedrontar os servidores e impedir que se realizassem as assembleias na Praça João Mendes. Aliás, policiais militares na porta do TJ retiraram de suas fardas as identificações, ato grave e contrário



às especificações legais.

Ficou escancarada a covardia do Judiciário Paulista e a mentalidade autoritária, talvez resquícios da Ditadura Militar. Servidores e representações da categoria denunciaram as agressões à Corregedoria da Polícia Militar.

Com força os judiciários ainda fizeram um grande protesto em Monte Alto contra um juiz local que havia proibido seus funcionários de participarem da greve e se reunirem para discutir o movimento. A resposta dos servidores do judiciário foi tão contundente que parou a cidade.

Sem resultados nas discussões com o TJ, o movimento deliberou a ida, em caravana, para Brasília, com o propósito de protestar na porta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Aproximadamente 900 servidores partiram em 18 ônibus de todo o Estado, fizeram passeata e protestam durante nove horas seguidas. O CNJ mandou o TJ responder sobre os motivos na demora em julgar o dissídio e em que se baseou para efetuar os descontos dos dias parados.

No retorno, os servidores rumaram à Assembleia Legislativa de São Paulo para a Audiência Pública marcada pelo deputado estadual Carlos Giannazzi (PSOL) e ocuparam todos os plenários da Casa, na maior presença de servidores públicos na Alesp desde sua ocupação pelos professores da rede pública nos anos 90.

O desembargador William Campos, representando o TJ na Audiência Pública, escutou todo o tipo de crítica, reclamações e sonoras vaias dos servidores. Em plena Assembleia Legislativa, as desculpas esfarrapadas do TJ e sua política de privilegiar os magistrados e desembargadores em detrimento dos servidores foram escoraçadas pelo movimento e até por deputados.

A resistência funcionou e o TJ sinalizou que, havendo acordo sobre a paralisação, devolveria os valores descontados – 10 dias parados em cada mês – e se comprometeria a não fazer descontos sobre o restante dos dias em greve.

Seguiram as negociações no TJ e em meados de agosto a categoria mostrou que o TJ superestimou os gastos com a folha de pagamento dos servidores na tentativa de obter verba suplementar do Governo do Estado. Na argumentação do TJ, seriam necessários R\$ 150 milhões para pagar uma reposição salarial de 4,77% de agosto até dezembro de 2010, sem retroatividade. Pelos cálculos da categoria, seriam necessários apenas R\$ 60 milhões. Durante uma reunião de mais de cinco horas de duração ficou provado que os cálculos da categoria estavam corretos. Nova vergonha para o TJ que assumiu, através de seus negociadores, que “houve um erro” nas contas do Tribunal.

Após mais de 100 dias de greve, o movimento voltou a ficar enfurecido com a comprovação de que o TJ tentou usar o movimento para aumentar verbas que não seriam usadas para pagar a reposição dos servidores. Todas as tentativas foram feitas nesse período para que o TJ pagasse ao menos 4,77% - a inflação do período 2009-2010. O movimento tinha consciência que, devido ao total de paralisação nesse momento não atingir 15% da categoria, a reposição de 20,16% tornava-se um sonho distante.

No final de agosto, após muita pressão da categoria, ocorreu a troca da relatoria do Dissídio Coletivo, com a saída do desembargador Eliot Akel - que há mais de três meses com o processo em mãos não encaminhava nenhuma decisão - e a entrada do desembargador Samuel Alves.

Hábil politicamente, em uma semana Samuel Alves utilizou o dissídio para centralizar as negociações, chamou uma reunião com os representantes do TJ, da categoria - incluindo as associações -, da Procuradoria do Estado e do Ministério Público, esclarecendo pontos falhos do processo de dissídio, alertando para os riscos aos servidores de uma decisão negativa no julgamento pelo Órgão Pleno e arbitrando um percentual máximo de paralisação de 40% para que a greve não



fosse considerada abusiva.

Caso fosse declarada a abusividade, Alves afirmou que deixaria de haver possibilidade de acordo e que, então, o processo seria levado a julgamento.

Os representantes da categoria perceberam que a atuação de Alves, ainda que transparente e respaldada por recente decisão liminar erga omnis de Gilmar Mendes no STF - afirmando a legalidade dos descontos dos dias parados -, apontava para um cerco jurídico da greve e de grandes riscos para os grevistas em função de eventuais punições que incluíam “processos administrativos por abandono de emprego”, caso houvesse a consideração de abusividade da greve.

A única opção passou a ser um acordo político, em pouco tempo, para que o movimento estabelecesse garantias aos servidores e representasse um avanço na luta.

Contraditoriamente, nesse momento os negociadores do TJ insistiam em que não ocorresse a suspensão da greve sem que antes houvesse o repasse de verbas por parte do Executivo, que, segundo o Tribunal, impedia a concessão da reposição de 4,77%. A sensação geral era de que o TJ tentava empurrar mais alguns dias de greve ou para conseguir mais verba ou para encurralar o movimento e enviar para julgamento o Dissídio Coletivo, o que certamente seria trágico para os servidores.

Assim, dois dias após a reunião de conciliação do dissídio, em uma nova e extensa reunião com os representantes do Tribunal, estabeleceu-se o acordo final que suspendeu a greve.

Pequenos avanços foram conquistados nesse acordo, como o pagamento de 4,77% a partir de janeiro, como parte da reposição salarial devida. No entanto, os valores ainda são muito aquém do que é devido à categoria.

O maior avanço desse acordo foi a devolução dos dias parados descontados durante dois meses e a garantia de que os demais dias em greve não fossem descontados. O

TJ assumiu também o compromisso de não punir ninguém por ter feito greve ou por atos e manifestações decorrentes dela.

Os servidores do Judiciário que participaram do movimento grevista inegavelmente retornaram ao trabalho com a moral elevada. Apesar de uma adesão menor do que na greve anterior, em 2004, com certeza enfrentaram um conservadorismo e autoritarismo por parte do TJ, do Governo Estadual, e também por parte da mídia, muito mais forte, mais articulado e violento.

O movimento respondeu à altura com muito mais força, com ações radicais necessárias e com uma resistência comovente, emocionante e heróica.

A resistência desses companheiros e a firme disposição de luta da categoria chamaram a atenção de outras categorias de trabalhadores - que não cansaram de render homenagens aos judiciários - e da população; obrigaram a mídia a divulgar essa luta, até então inimaginável; e assustaram o Governo e as tribunas dos velhos “senhores da lei” de São Paulo.

Durante 127 dias a luta corajosa e a firme resistência dos trabalhadores do judiciário abalaram as estruturas da Justiça de São Paulo.

**“...na luta, as nossas simpatias não eram neutras. Mas ao descrever a história destes grandes dias, tentamos estudar os acontecimentos interessados em refletir a verdade.”\***

(\*) O norte-americano John Reed, um dos jornalistas de maior fama do século XX, nasceu em Portland, em 22 de outubro de 1887, e morreu em Moscou no dia 19 do mesmo mês, três dias antes de completar 33 anos, apenas um ano após publicar seu livro mais célebre que com propriedade intitulou Dez dias que abalaram o mundo. Uma notável reportagem a respeito de como se instalou na então Rússia o primeiro regime socialista do planeta (extraído do site do PSTU: [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)).



*Ah, se eles soubessem*

Ah, se eles soubessem o que sei  
E se eles vivessem o que vivi  
E dos amigos que fiz?

Ah, eles não sabem o que é saber  
Ignoram mais que saber, é sentir  
Não sentiram o sabor do saber  
E não souberam saborear o sentir.

Eles não dirão o que posso dizer  
Também não saberão dizer que sabem  
Porque não sabem o prazer de saber  
Dos amigos que fiz.

Ah, eles não tiveram o prazer de ter  
Porque não tiveram o prazer em saber  
Que sei que tive o prazer de ter  
Os amigos que fiz.

Ah, eles ignoram o que pensam saber  
Não sabem saber o prazer em ter  
Porque não tiveram o prazer de saber  
Dos amigos que fiz.

Ah, se tudo fosse fácil de saber  
Não lutariam com garra e prazer  
Junto dos amigos que fiz.

Ah, eles ignoram o prazer que é saber  
E sair por aí e poder dizer  
Que lutamos com garra e muito prazer  
E que foi prazeroso outros amigos poder fazer.

Ah, eles perguntarão se posso responder  
O que foi lutar às claras e não se esconder  
Direi que lutamos por direitos pra não morrer.

Ah, quem sabe um dia poderão responder  
Porque não lutaram e preferiram se esconder  
Talvez responderão que não sabiam o prazer que seria  
Saber dos amigos que fiz.

*Silvio, escrevente do Fórum João Mendes, Capital*